

AS OITO PALAVRAS -CHAVE DO CONCÍLIO VATICANO II

Seguirei um certo artigo de padre José Comblin e mais ou menos as idéias dele, mas com liberdade e autonomia de argumentos e acrescentando uma palavra-chave. Por isso apresentarei aqui e comentarei não sete mas oito palavras-chave (1) e precisamente: *homem, liberdade, povo de Deus, colégio episcopal, dialogo, serviço, missão, Reino de Deus*.

A última palavra foi vagamente indicada pelo Concilio e em vários documentos, mas teve um sucesso cada vez mais amplo na teologia e está sendo assumida pelas igrejas com interesse cada vez maior e com resultados de alcance tanto vasto quanto imprevisível. A nós missionários deveria alertar e envolver em maneira especial.

1. HOMEM. Os concílios da tradição tinham sido normalmente concílios teológicos e tinham tido como objeto os dogmas: Deus, a Trindade, o Cristo, o Espírito Santo, a fé autêntica, as heresias e tinham acabado condenando e excomungando os que estavam fora da linha traçada pela igreja. Por desejo e proposta do papa João XXIII o Concilio Vaticano II devia ser diferente. Não devia tratar de verdades de fé, de teologia, heresias e condenações, mas de vida cristã, de atividade pastoral em relação a vida humana e seus problemas. Nem devia estudar uma antropologia cristã a respeito do homem, mas ir ao encontro do homem, falar a ele e lhe dizer o que Deus quer e espera de seus filhos. O concilio devia falar ao homem de hoje, a seus problemas e expectativas, deixando intuir que a razão fundamental da existência da igreja era acolher o homem e suas perguntas, tentando dar-lhe as respostas que o mesmo Deus lhe daria.

2. LIBERDADE. A igreja tradicional não se caracterizava pela pregação da liberdade. Ao contrário, ela tinha falado ordinariamente, a favor da obediência, submissão e dependência. Para muitos padres conciliares a simples palavra liberdade, já bandeira da revolução francesa e de todos os movimentos sociais modernos, parecia uma afronta, uma ameaça se não propriamente uma blasfêmia. Ao longo da sua história milenária a igreja era mais acostumada a impor e exigir em lugar de propor e esperar

uma adesão livre e consciente. Mas desde quatro o cinco séculos o mundo todo falava de liberdade e exigia liberdade, colocando a igreja na necessidade de dar uma resposta apropriada e convincente, pois a teologia e a própria disciplina moral estavam percebendo que sem liberdade não pode haver moralidade, sem moralidade não pode haver amor, sem amor não pode haver cristianismo. Padre Comblin acha que faltam ainda muitas coisas para entendermos corretamente a proposta da liberdade para os cristãos e a vida cristã. Pois é uma proposta que exige uma reviravolta de 360 graus. Existe um livro do mesmo padre sobre a liberdade no cristianismo (2). Um livro bastante difícil de ler e difícil de viver, pelo simples fato que viemos ao mundo num clima oposto e adverso à liberdade, num clima que considerava a liberdade mais como pecado que como atitude e força cristãs.

3. POVO DE DEUS. De acordo com a exigência da liberdade apareceu depois no concílio a proposta mais extraordinária que se podia imaginar, a proposta de fazer da igreja o POVO DE DEUS. Muitos pensam que o conceito de povo de Deus é uma bomba atômica que ainda deve explodir, pois o seu simples anúncio desestabilizou muita gente, desorientou e legitimou várias tentativas de empreender uma decisiva marcha a ré. Por que? Por que o conceito de povo de Deus deveria operar na igreja, e ainda não operou, uma transformação inaudita além de ser temível e assustador. De fato a igreja tradicional era dividida em duas áreas distintas e inconfundíveis: uma pequena, especializada e reservada e só feita para dirigir, comandar, ensinar e tomar qualquer decisão; uma outra imensa, indefinida, quase amorfa, considerada digna somente de se submeter e deixar guiar

Na tal visão de igreja, o clero era a forma o povo era a matéria. Isso fez com que por quase 16 séculos o povo não tivesse identidade, não tivesse função e não tivesse capacidade. Por 16 séculos a igreja ignorou de ter um patrimônio imenso e inutilizado ao mesmo tempo. Melhor, toda vez que o povo tinha levantado a cabeça, toda vez que o povo tinha manifestado vontade de participar e assumir tinha sido repudiado, punido e maltratado, sob pretexto que a vontade de Deus queria o contrário, queria submissão, sofrimento, cruz...(3).

E bem, a quebrar esta tradição absurda, a quebrar esta desconfiança total na inteligência e providência divina, o Concílio Vaticano II vinha a afirmar que o povo cristão, os assim chamados leigos, tinha dignidade, era interlocutor de Deus, tinha pelo menos

três vocações: a profética, a regal e a sacerdotal, ou mais simplesmente, tinha a vocação missionária como todos nós e era convidado a assumir tanto a santidade como a evangelização, tanto a pastoral como a missão

Disso resultou um entusiasmo incontenível de um lado, espanto do outro. A estrutura eclesial tradicional parecia dever ruir de uma semana para outra.

Uma correção pesada e imobilizante veio a cair por cima do povo cristão, finalmente valorizado, ainda durante o concílio, ainda durante a composição e redação do documento *Lumen gentium* que, depois de um capítulo ou dois, voltava a falar de igreja hierárquica e de povo submisso, obediente e parado como um peixe congelado.

No sínodo episcopal de 1984: não se fala e não se deve falar do povo de Deus. A partir daí a igreja devia ser somente comunhão, sem se perguntar se seja possível uma comunhão entre quem tem todo poder e quem não tem poder nenhum, numa palavra entre o mais forte e o mais fraco, entre o mais alto e o mais baixo.

4. COLEGIO EPISCOPAL. A criação do Colégio Episcopal, regulamentado juridicamente por Paulo VI em 1965 (ainda durante o Concílio) devia constituir uma tentativa de dar à igreja toda um governo plural ou colegial, um governo que se aproximasse mais da modernidade e lembrasse mais a tradição, especialmente a tradição do primeiro milênio. O Colégio episcopal era destinado a assistir o Papa no governo da igreja universal e na solução de inúmeros problemas humanos e sociais que caíam por cima da igreja partindo de todos os cantos do mundo e como tal funcionou maravilhosamente algumas vezes com o Paulo VI, tanto a Medellín (uma assembléia colegial muito parecida com aquilo que devia ser o Sínodo dos Bispos) como a Roma. Mas as coisas começaram a ter um desenvolvimento imprevisto com o Papa João Paulo II. Com os sínodos episcopais sempre organizados em Roma e sob a vigilância da Cúria Romana, os bispos passaram a ser somente conselheiros do papa sem poder exigir que o Papa excutisse suas sugestões

Alguém observa que, com João Paulo II, o governo da igreja voltou a ser centralizado como aos tempos de Pio XII e de Pio IX, embora em períodos totalmente diversos e com aberturas inimagináveis na época dos precedentes papas.

5. DIALOGO. Era uma questão mais de natureza teológica que de método. Pois quem exigia o diálogo não era a situação do mundo e da Igreja naquela época como em outras mas a verdade em si, a verdade que è sinfônica e feita de muitas contribuições, que é em continuo desenvolvimento e crescimento com a colaboração de todo mundo. A verdade não é algo que se dá já pronto como um produto pré-fabricado, algo que existe da eternidade para cá, como exigia o pensamento grego. A verdade é algo que se faz pouco a pouco, divagar, caminhando lado a lado, conversando ou dialogando, vivendo e crescendo... O diálogo não é um dever, mas uma condição para chegar à verdade autêntica, à verdade que é fato, vivência, comunhão, realidade complexa, à verdade que é o próprio Deus e algo de infinito, incompreensível e não atingível. Ao interno da igreja o diálogo fez pouco ou nenhum passo, enquanto serviu muito mais no encontro com outras religiões e culturas....

Lembremos de passagem que o diálogo encerra em si mesmo uma formidável dimensão missionária e exigiria de todos nós mudanças corajosas e determinantes em relação ao nosso trabalho com às religiões, culturas, ciências, tecnologias, profissões e até teologias locais ou continentais.

6. SERVIÇO. Também afirmar que a igreja é serviço, antes que autoridade, antes que estrutura, antes que lei, antes que dogma, exigiu uma imensa coragem da parte do concílio, pois era como renegar séculos de história, era como dizer que se tinha errado tudo ou muita coisa e precisava voltar à letra do evangelho, precisava voltar à visão de Cristo e sua prática. Também neste fato não era uma questão de moral ou uma questão de método que emergia mas uma questão teológica. “Entre vós não seja assim” diz Jesus no capítulo 22 de Lucas, entre vós não haja dominação, não haja diferenças, não haja abismos e, para que estes perigos sejam superados, ficai sempre no último lugar, ficai servindo a todos. Modernos estudos colocam em evidência a missão que Jesus e Paulo tinham de implantar o Reino de Deus na terra e, então, de derrubar o poder abusivo do templo, de Herodes e dos romanos que andavam de acordo entre eles e se caracterizavam pela espoliação dos súditos até à fome, à miséria e à morte. Servir não era simplesmente se humilhar mas era querer o Reino de Deus, em lugar do reino do Templo ou dos imperadores romanos. Servir era querer a realização do projeto do Pai, era querer a paz, a fraternidade, a igualdade, a justiça e a vida para todos.

A idéia de igreja-serviço foi bastante bem aceita na hora mas parece ter ficado muito num plano teórico, num plano intencional ou de linguagem, num plano de aparências mais aceitáveis que a realidade. Quem é que hoje não diz de estar servindo? Houve sim também mudanças, também conversões mas, globalmente entendida, a igreja não é ainda um serviço, não é ainda um presente para a humanidade, uma luz humilde e discreta que ilumina e se retira sem exigir nada.

7. MISSÃO. Antes do concílio o termo missão era usado com uma certa parcimônia e com significados bastante circunscritos e determinados. Missão indicava uma área reservada da igreja, um grupinho de quinze ou vinte mil agentes de evangelização, quase todos de ordens religiosas masculinas ou femininas, que trabalhavam entre os países não-cristãos com a finalidade de batizar o mais possível e implantar aí a igreja em moldes totalmente tradicionais. Além disso, os países acima citados eram freqüentemente colônias dos países de proveniência dos missionários fazendo com que, em modo pelo menos implícito, a missão religiosa acompanhasse a ambição política e a ambição política amparasse e protegesse a missão religiosa.

Contemporaneamente e em proximidade do concílio se verificavam fenômenos até então imprevisíveis e desconcertantes: a Europa e a América do Norte se descristianizavam em maneira rápida e até em forma massificante, ao mesmo tempo em que as igrejas do terceiro mundo adquiriam uma importância nunca antes havida. Então, onde se devia praticar a missão: nos países pobres ou nos países ricos? Este fato e outros, como o fenômeno da globalização da tecnologia, da economia, da política e da comunicação, colocavam em crise o conceito de missão e o obrigavam a abrir-se e admitir outros sentidos e outras dimensões. A missão devia limitar-se a batizar e implantar igrejas de estilo tradicional, ou devia se preocupar também com os problemas candentes da humanidade como a paz, a justiça, a fome, a saúde, a liberdade, a educação? Numa palavra, a missão devia reproduzir a igreja mais ou menos nos moldes de sempre ou devia se preocupar com o Reino de Deus, quer dizer com a fraternidade universal, a distribuição da riqueza, a economia política, a fome e os direitos humanos? Se a missão não era só implantar a igreja mas antes e sobretudo dilatar o Reino de Deus aqui e agora, nesta terra e nesta época, como rezava o Concílio, devia continuar a empenhar um grupinho de pessoas ou a igreja como um todo?

Foi assim que a missão de poucos passou a ser a missão da igreja, junto com a missão de todas as religiões, culturas, ciências e profissões em vista de algo maior que a igreja e maior que o próprio mundo: o Reino de Deus.

8. REINO DE DEUS. Durante o concílio o Reino de Deus foi mencionado por vários documentos mas não chegou a brilhar e se impor à maneira dos termos acima evidenciados. Mas ele levava consigo um potencial como que explosivo e, a quarenta anos dos acontecimentos conciliares, está se tomando um assunto teológico de primeira ordem. Sobretudo está se tornando um assunto que incomoda e que requer re-pensamento, revisão, renovação de doutrinas e práticas seculares , inclusive em relação à nossa amabilíssima e respeitabilíssima congregação missionária.

Savino Mombelli (3)

- (1) AA.VV. VATICANO II quarenta anos depois, Paulus , 2005, p. 51-88.
- (2) José Comblin. O POVO DE DEUS. Paulus 2002, passim.
- (3) Reflexão lida aos xaverianos da área de Belém em data 03 de outubro de 2005 na Cidadela de Ananindeua.